

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 13ª EMISSÃO PÚBLICA DE  
DEBÊNTURES SUBORDINADAS, NÃO CONVERSÍVEIS, EM SÉRIE ÚNICA, DE  
GERDAU S.A.**

Pelo presente instrumento particular,

**GERDAU S.A.**, sociedade por ações constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Av. João XXIII nº 6.777, Distrito Industrial de Santa Cruz, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 33.611.500/0001-19 ("**EMISSIONORA**"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social;

**Oliveira Trust DTVM Ltda.**, nomeada nesta Escritura de Emissão e nela interveniente, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, Bloco 13, Grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 36.113.876/0001-91, representando a comunhão de debenturistas, adquirentes das Debêntures objeto da presente emissão, neste ato representado na forma de seu Contrato Social ("**AGENTE FIDUCIÁRIO**"),

vêm por esta e na melhor forma de direito ajustar a 13ª Emissão de Debêntures Subordinadas, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da EMISSIONORA, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I - DA AUTORIZAÇÃO**

A presente Escritura de Emissão é firmada com base em deliberações realizadas na Assembléia Geral Extraordinária ("**AGE**") realizada em 23 de novembro de 2001 e nas Reuniões de Conselho de Administração ("**RCAs**") da EMISSIONORA, realizadas em 27 de novembro de 2001 e 14 de março de 2002, respectivamente.

A AGE, delegou ao Conselho de Administração da EMISSIONORA poderes para, independentemente de convocação e deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, deliberar sobre: (i) as matérias prescritas nos incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei nº 6.404/76; (ii) o cancelamento de debêntures que eventualmente não sejam colocadas junto ao mercado e, se quando necessário das debêntures que se encontrem em tesouraria; e (iii) a homologação da remuneração definitiva das debêntures.

**CLÁUSULA II - DOS REQUISITOS**

A emissão das Debêntures (doravante designadas individualmente por "Debênture" e coletivamente por "Debêntures") será realizada com observância dos seguintes requisitos:

**2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários**

Esta 13ª emissão pública de Debêntures da EMISSIONORA será registrada junto à CVM - Comissão de Valores Mobiliários (doravante simplesmente denominada "CVM") na forma das Leis nºs 6.385, de 7.12.76, 6.404, de 15.12.76, 9.457, de 5.5.97 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

**2.2. Arquivamento e Publicação da Ata da Assembléia Geral Extraordinária e Atas de Reunião do Conselho de Administração**

As atas da AGE e da RCAs que deliberaram sobre a emissão das Debêntures foram publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e nos jornais "Gazeta Mercantil - São Paulo" e Jornal do Comércio do Rio de Janeiro - RJ nos dias 14 de dezembro de 2001 e 18 de março de 2002. As atas da AGE e da RCA realizadas em 27 de novembro de 2001 foram devidamente arquivadas na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob os nºs 00001205213 e 00001205472, respectivamente, em 06 de dezembro de 2001. A ata da RCA de 14 de março de 2002 será tempestivamente registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

### **2.3. Registro da Escritura de Emissão e seus Aditamentos**

Esta Escritura de Emissão será registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, conforme previsto no artigo 62, inciso II da Lei nº 6.404/76, e seus eventuais aditamentos serão registrados na forma da legislação em vigor.

### **2.4. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID")**

A emissão será registrada na ANBID, em atendimento ao Código de Auto-Regulação da ANBID, aprovado em Assembléia Geral realizada em 27 de agosto de 1998.

### **2.5. Registro no Sistema BovespaFix ("BovespaFix") e no Sistema Nacional de Debêntures ("SND")**

As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário no (i) SND, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos; e (ii) BovespaFix, administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo - Bovespa, custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC.

## **CLÁUSULA III - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

### **3.1. Setor de Atividade da EMISSORA**

A EMISSORA tem por objeto principal a indústria e o comércio de produtos siderúrgicos e/ou metalúrgicos, sendo as usinas integradas, ou não, com porto. A EMISSORA poderá exercer quaisquer outras atividades comerciais ou industriais relacionadas com o objeto principal, inclusive a pesquisa, a lavra e a industrialização e a comercialização de minérios, elaboração, execução e administração de projetos de florestamento e reflorestamento, bem como a transformação de florestas em carvão vegetal, o transporte de bens de sua indústria ou comércio, a exportação e importação de bens de/ou para sua indústria e comércio e as atividades de operador portuário, de que trata a Lei nº 8.630, de 25.02.93.

### **3.2. Número da Emissão**

Esta Escritura de Emissão constitui a 13ª emissão de Debêntures da EMISSORA.

### **3.3. Colocação e Procedimento**

As Debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para negociação em mercado de balcão organizado, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80, sendo, portanto, atendidos preferencialmente os clientes dos Coordenadores e de eventuais instituições financeiras subcontratadas, não havendo reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos.

### **3.4. Negociação**

As Debêntures terão registro para negociação no mercado secundário por meio do SND e do BovespaFix.

### **3.5. Certificados de Debêntures**

Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito aberto em nome do debenturista emitido pela instituição depositária responsável pela escrituração das Debêntures, conforme definido no item 4.1.7 da Cláusula IV abaixo. Adicionalmente, o SND e BovespaFix deverão expedir Relatório de Posição de Ativos.

### 3.6. Repactuação

**3.6.1.** Caberá ao Conselho de Administração da EMISSORA deliberar sobre as condições de repactuação das Debêntures e as condições da remuneração, taxa de juros a ser paga e eventual sobretaxa, bem como a época de seu pagamento.

As deliberações do Conselho de Administração sobre as condições de repactuação, serão comunicadas pela EMISSORA, por intermédio de publicação conforme item 4.5.1 da Cláusula IV, até 15 dias antes da data de encerramento de cada Período de Remuneração, informando:

- a) o prazo do próximo "Período de Remuneração", obedecendo o prazo mínimo estabelecido pela legislação pertinente;
- b) a modalidade da taxa de juros e a taxa de juros a vigor durante o próximo "Período de Remuneração";
- c) as datas de vencimento e pagamento de juros e sobretaxa, se houver; e
- d) a data limite em que os debenturistas que não concordem com as novas condições fixadas pelo Conselho de Administração da EMISSORA para o novo Período de Remuneração deverão manifestar junto ao CETIP, à CBLIC ou ao Banco Depositário, junto às 7 (sete) agências especializadas no atendimento a acionistas e debenturistas, sua opção de exercer o direito de venda de suas Debêntures para a EMISSORA, devendo tal data ser fixada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data da publicação das condições de repactuação.

**3.6.2** Fica desde já definido que a Primeira Repactuação ocorrerá em 01 de novembro de 2003, ou seja, na mesma data de encerramento do Primeiro Período de Remuneração, conforme aprovado pela Reunião do Conselho de Administração da EMISSORA realizada em 14 de março de 2002 .

### 3.7. Destinação dos Recursos

O volume total de recursos obtidos por meio da presente Emissão de Debêntures será destinado, basicamente, à amortização de dívida externa contraída pela EMISSORA, com vencimento de março de 2002 a fevereiro de 2003, conforme especificado a seguir, cujos recursos foram destinados ao atendimento de negócios de gestão ordinária da Emissora.

Com a presente Emissão, o perfil da dívida da Companhia será alongada.

Caso a totalidade das Debêntures não seja distribuída e, conseqüentemente, o valor total da presente emissão não seja captado, a amortização de dívida se dará com recursos próprios aplicados no mercado financeiro, que, em 31 de dezembro de 2001, montavam, em termos consolidados, em R\$ 1.012,8 milhões.

#### Quadro de Usos e Fontes

<b>Fontes</b>	<b>Valor (R\$ mil)</b>	<b>%</b>
Emissão de Debêntures Simples .....	300.000	100,00
<b>Total</b>	<b>300.000</b>	<b>100,00</b>
 <b>Usos</b>	 <b>Valor (R\$ mil)</b>	 <b>%</b>
ACC .....	31.404	10,47
Pre Export Finance .....	48.138	16,04
Juros - Eurobond .....	34.433	11,48
Importação - FIRCE 25 .....	149.101	49,70
Capital de Giro .....	36.924	12,31
<b>Total</b> .....	<b>300.000</b>	<b>100,00</b>

Data-Base: 28.02.02

## CLÁUSULA IV - DAS CONDIÇÕES DAS DEBÊNTURES

### 4.1. Das Condições Básicas

**4.1.1. Valor Total da Emissão:** O valor total da emissão será de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), na Data de Emissão.

**4.1.2. Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão.

**4.1.3. Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 30.000 (trinta mil) Debêntures.

**4.1.4. Número de Séries:** As Debêntures serão emitidas em série única.

**4.1.5. Data de Emissão:** Para qualquer efeito legal, a data de emissão das Debêntures será o dia 01 de novembro de 2001 (a "Data de Emissão").

**4.1.6. Prazo e Data de Vencimento:** O prazo das Debêntures será de 7 (sete) anos, vencendo-se, portanto, em 01 de novembro de 2008.

**4.1.7. Espécie e Forma:** As Debêntures serão da espécie subordinada, na forma do disposto no artigo 58 da Lei nº 6.404/76, preferindo apenas aos acionistas no ativo remanescente, se houver, no caso de liquidação da EMISSORA e adotarão a forma escritural. O Banco Itaú S.A. será a instituição financeira contratada responsável pela escrituração das Debêntures e pela prestação dos serviços de Banco Mandatário da emissão.

**4.1.8. Modalidade:** Debêntures não conversíveis em ações.

**4.1.9. Prazo de Subscrição:** As Debêntures serão subscritas em até 6 (seis) meses contados do deferimento do pedido de registro da Emissão de Debêntures pela CVM. A subscrição será efetuada unicamente por meio dos procedimentos disponibilizados pela Bolsa de Valores de São Paulo - Bovespa, através do BovespaFix, e pela CBLC.

### 4.2. Preço de Subscrição e Integralização

O preço de subscrição das Debêntures será o seu valor nominal acrescido da remuneração acumulada desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização, que será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

### 4.3. Remuneração

As Debêntures serão remuneradas com juros e sobretaxa, conforme estabelecido nos itens abaixo.

#### 4.3.1. Juros e Sobretaxa

As Debêntures serão remuneradas com taxa de juros flutuante, referenciada na taxa de juro de Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia - extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional (doravante denominada "Taxa DI") acrescida de sobretaxa, para o período compreendido entre o início, inclusive, do primeiro Período de Remuneração e o início, exclusive, do Período de Remuneração subsequente, equivalente a 1% (um por cento) ao ano.

Para os demais Períodos de Remuneração, as Debêntures serão remuneradas com taxa de juros e eventual sobretaxa a serem definidos pelo Conselho de Administração da EMISSORA, conforme item 3.6.1.

#### 4.3.2. Fórmula de Remuneração

A remuneração das Debêntures será determinada aplicando-se a fórmula abaixo:

$$JR = VN \times [(f1 \times f2 \dots \times fj) - 1]$$

onde:

**JR** = valor dos juros remuneratórios a ser pago nas datas dos seus respectivos vencimentos;  
**VN** = Valor Nominal Unitário da Debênture no início do Período de Capitalização (conforme definido abaixo);  
**(f1 x f2....x fj)** = fator de variação acumulado da Taxa DI, capitalizado do *spread*, entre a data de início e a data final do "Período de Capitalização" dos juros remuneratórios, calculado conforme fórmula abaixo.

Os termos f1, f2, fj serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$fj = \left[ \left( 1 + \frac{\text{Taxa DI}_j}{100} \right)^{\frac{1}{252}} \right] \times S$$

onde:

**fj** = fator da Taxa DI referente ao dia j;  
**Taxa DI<sub>j</sub>** = Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia j;  
**S** = fator de *spread* final ao ano, base 252 dias, calculado conforme fórmula abaixo.

$$S = \left\{ \left[ \left( 1 + \frac{b}{100} \right)^{\frac{1}{252}} \right] \right\}$$

onde:

**b** = *spread* equivalente a 1% (um por cento) ao ano.

Define-se:

**a) Período de Remuneração** - intervalo de tempo durante o qual o valor dos juros e eventual sobretaxa será acumulado ao valor nominal da Debênture, para pagamento somente na data de vencimento de cada Período de Capitalização, conforme estipulado no item "b" abaixo;

**b) Período de Capitalização** - intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do efetivo pagamento de juros e eventual sobretaxa imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do efetivo pagamento de juros e eventual sobretaxa correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os juros e eventual sobretaxa correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos semestralmente, a contar da Data de Emissão, vencendo-se no primeiro dia útil de maio e primeiro dia útil de novembro de cada ano.

**4.3.3.** O Conselho de Administração da EMISSORA, com base na Lei nº 6.404/76, na presente escritura de Emissão e nos poderes conferidos pela AGE mencionada na Cláusula I acima, deliberou em reunião realizada em 14 de março de 2002 que a sobretaxa que compõe a Remuneração das Debêntures do Primeiro Período de Remuneração será equivalente a 1% (um por cento) ao ano.

#### **4.3.4. Apuração da Taxa de Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, extragrupo**

Na hipótese de a Taxa DI aplicável não ser de conhecimento público, será utilizada a última Taxa DI divulgada para o período que encerrará na data de pagamento da próxima parcela de Juros Remuneratórios. Persistindo a ausência de divulgação da Taxa DI, por um período superior a 30 (trinta) dias, ou caso a Taxa DI não mais possa ser utilizada para referenciar a remuneração das debêntures, pela superveniência de norma legal ou regulamentar, o Agente Fiduciário convocará os debenturistas para, reunidos em Assembléia de Debenturistas, deliberarem, em conjunto com a EMISSORA, a respeito do novo critério de remuneração a ser utilizado como "Taxa Substituta da Taxa DI", observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 7/99 e/ou a regulamentação aplicável, sendo facultado à EMISSORA, caso discorde da deliberação da Assembléia de Debenturistas, e desde que comunique sua decisão ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da data de realização da Assembléia de Debenturistas, resgatar a totalidade das Debêntures em circulação em cronograma estipulado pela EMISSORA, o qual não excederá o prazo de vencimento das debêntures, vigendo até o resgate o critério de remuneração deliberado pela referida Assembléia de Debenturistas, exceto com relação às debêntures que vierem a ser resgatadas em um prazo de até 10 (dez) dias seguintes à data de realização da Assembléia de Debenturistas, para as quais prevalecerá, se assim preferir a EMISSORA, a mesma taxa vigente no período imediatamente anterior.

#### **4.3.5. Período de Remuneração**

As condições de remuneração definidas acima terão período de vigência da Data de Emissão até 01 de novembro de 2003, data da repactuação, conforme aprovado pela Reunião do Conselho de Administração da EMISSORA realizada em 14 de março de 2002.

#### **4.4. Das Condições de Pagamento**

**4.4.1.** O principal das Debêntures será pago em uma única parcela, no vencimento da operação, ou na hipótese prevista no item 6.2.1 da Cláusula VI.

**4.4.2. Local de Pagamento:** Os pagamentos referentes às Debêntures serão efetuados em conformidade com os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas para negociação junto ao SND ou em conformidade com os procedimentos adotados pela CBLC, para as Debêntures registradas para negociação junto ao BovespaFix ou, ainda, na hipótese de o Debenturista não estar vinculado a qualquer dos sistemas em que forem registradas as Debêntures, por intermédio do Banco Depositário.

**4.4.3. Prorrogação dos Prazos:** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Capital do Estado de São Paulo ou na Capital do Estado do Rio de Janeiro, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

**4.4.4. Encargos Moratórios:** Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso, vencidos e não pagos pela EMISSORA, ficarão sujeitos a multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento), além de juros remuneratórios e sobretaxa, caso devida, nos termos desta Escritura de Emissão, calculados exponencialmente *pro rata temporis*, e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

**4.4.5. Decadência dos Direitos aos Acréscimos:** O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da EMISSORA, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado por ela publicado, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração pelo período relativo ao atraso, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### **4.5. Das Comunicações**

**4.5.1. Publicidade:** À exceção dos Anúncios de Início e de Encerramento da presente emissão, que serão somente publicados na edição nacional do jornal "Gazeta Mercantil", todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta emissão que, de qualquer forma vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, na edição nacional do jornal "Gazeta Mercantil", no "Jornal do Comércio do Rio de Janeiro – RJ", no "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" ou em outro jornal de grande circulação também edição nacional em que, alternativamente, a EMISSORA vier a realizar as publicações

ordenadas pela Lei nº 6.404/76, sempre com a antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, devendo a EMISSORA avisar, tempestivamente, o AGENTE FIDUCIÁRIO da realização de qualquer publicação.

**4.5.2. Notificações:** As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a EMISSORA:

GERDAU S.A.

Endereço: Av. Farrapos, 1811

90220-005 - Porto Alegre - RS

Att. Sr. Diretor de Relações com Investidores

Telefone: (51) 3323-2211

Fax: (51) 3323-2281

Para o AGENTE FIDUCIÁRIO:

Oliveira Trust DTVM Ltda.

Endereço: Avenida das Américas, 500, Bloco 13, Grupo 205

Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ

Att. Sr. Juarez Dias Costa

Telefone: (21) 2493-7003

Fax: (21) 2493-4746

As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fax deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

## **CLÁUSULA V - DA COMPRA DOS TÍTULOS PELA EMISSORA**

### **5.1. Aquisição Facultativa**

A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures desta emissão em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal unitário acrescido da remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última data de pagamento da remuneração até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no parágrafo segundo do artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As Debêntures, objeto deste procedimento, poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da EMISSORA, ou colocadas novamente no mercado. As Debêntures adquiridas pela EMISSORA para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.

### **5.2. Aquisição Obrigatória na Repactuação**

**5.2.1.** A EMISSORA compromete-se a adquirir a totalidade das Debêntures desta emissão, na data de encerramento de cada Período de Remuneração, à opção dos debenturistas que não aceitarem as novas condições fixadas pelo Conselho de Administração, pelo valor nominal das Debêntures, acrescido da remuneração definida para o período vencido, calculada desde a Data de Emissão, ou do último pagamento de juros, até a data da efetiva aquisição.

**5.2.2.** Os debenturistas, após a comunicação das decisões do Conselho de Administração da EMISSORA, deverão manifestar sua opção de venda no prazo estabelecido pelo Conselho de Administração da EMISSORA, a contar da data da publicação da comunicação, na sede social da EMISSORA ou em locais por ela indicados, mediante registro formal protocolado junto ao CETIP ou CBLIC, para as Debêntures registradas para negociação junto ao SND e ao BovespaFix, ou ao Banco Depositário, junto às 7 (sete) agências especializadas no atendimento a acionistas e debenturistas.

**5.2.3.** As Debêntures adquiridas na forma deste item poderão ser mantidas em tesouraria, canceladas, ou, a qualquer tempo, vendidas a terceiros.

### **5.3. Resgate Antecipado Facultativo**

**5.3.1.** A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, a partir do 12º mês da Data de Emissão, promover o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures em circulação, observadas as regras estabelecidas pela CVM, mediante o pagamento **(i)** do Valor Nominal, acrescido da remuneração aplicável até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da data do último pagamento da Remuneração; e **(ii)** de prêmio de reembolso equivalente a 0,50% (cinco décimos por cento), incidente sobre o valor apurado de acordo com o item (i) acima, devendo a EMISSORA publicar aviso aos debenturistas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data do resgate, observado os termos do item 4.5.1 acima. O resgate parcial será realizado mediante sorteio, com a presença do Agente Fiduciário, nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis, devendo permanecer em circulação, no mínimo, 20% das Debêntures originalmente subscritas e colocadas, caso contrário o resgate deverá ser total.

**5.3.2.** As Debêntures que vierem a ser resgatadas antecipadamente deverão ser obrigatoriamente canceladas, comprometendo-se a EMISSORA a providenciar, no prazo de 30 (trinta) dias, o aditamento à presente Escritura e respectivo arquivamento na forma da legislação em vigor.

**5.3.3.** A EMISSORA compromete-se a não realizar nova emissão de debêntures no mercado de capitais local antes de 90 dias contados da data do resgate antecipado previsto nesta Cláusula.

## **CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

**6.1.** A EMISSORA obriga-se a:

- a)** manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente, ou contratar instituições autorizadas a prestar este serviço;
- b)** manter todos seus bens operacionais relevantes adequadamente segurados;
- c)** não realizar operações fora de seu objeto social;
- d)** manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos da Instrução CVM nº 202/93;
- e)** submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada junto à CVM;
- f)** arcar com todos os custos relativos ao registro e publicação dos atos necessários à colocação das Debêntures da presente emissão, tais como a presente Escritura de Emissão, a AGE e as RCAs;
- g)** proceder a adequada publicidade de suas informações econômico-financeiras, nos termos da Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação de suas demonstrações financeiras anuais;
- h)** fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

- dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas relativas a esse exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, explicitando as rubricas necessárias à apuração dos *covenants financeiros* previstos nos itens m) e n) desta Cláusula VI, acompanhadas de relatório demonstrando a apuração de tais *covenants financeiros*;

- dentro de no máximo 45 (quarenta e cinco) dias após o término dos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada ano, cópia de suas demonstrações financeiras trimestrais consolidadas e auditadas, preparadas de acordo com os princípios



contábeis geralmente aceitos no Brasil, explicitando as rubricas necessárias à apuração dos *covenants financeiros* previstos nos itens m) e n) desta Cláusula VI, acompanhadas de relatório demonstrando a apuração de tais *covenants financeiros*;

- imediatamente, qualquer informação relacionada com a emissão que lhe venha a ser solicitada;

- cópias das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202/93; e

- na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.5.1 da cláusula IV.

**i)** comunicar ao AGENTE FIDUCIÁRIO (i) qualquer modificação em seu controle acionário; qualquer alteração substancial nas condições financeiras ou nos negócios em geral da EMISSORA ou de quaisquer de suas controladas e coligadas que possa impossibilitar ou dificultar, de forma relevante, o cumprimento pela EMISSORA de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures ou que faça com que as demonstrações financeiras ou as informações financeiras fornecidas pela EMISSORA à CVM não mais reflitam a real condição financeira da EMISSORA;

**j)** não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei, ou qualquer outra participação estatutária em lucros, se estiver em mora por mais de 15 (quinze) dias, com relação ao pagamento de quaisquer obrigações referentes às Debêntures;

**k)** submeter a emissão das Debêntures e sua revisão anual à avaliação de uma das seguintes agências classificadoras de crédito: Standard & Poor's, Moody's Investors Service ou Fitch;

**l)** adquirir ou resgatar a totalidade das Debêntures em circulação dos debenturistas que, à exclusiva opção destes, manifestarem interesse em vender todas ou parte das Debêntures de que são titulares, na hipótese de alienação, direta ou indireta, do controle acionário da EMISSORA para empresa que não pertença ao Grupo Gerdau;

**m)** manter a relação entre suas Dívidas Consolidadas e EBITDA Consolidado (relação Dívidas/EBITDA) em, no máximo, 4,0x; e

**n)** manter a relação entre EBITDA Consolidado e suas Despesas Financeiras Líquidas Consolidadas (relação EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas Consolidadas) em, no mínimo, 2,0x.

Os *covenants financeiros* definidos nos itens m) e n) acima serão apurados trimestralmente, através de demonstrações financeiras completas, devidamente auditadas, publicadas e encaminhadas à CVM (Informações Trimestrais - ITR e Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP), onde:

**"Dívidas Consolidadas"**: empréstimos e financiamentos, de curto e longo prazo; títulos emitidos (incluindo debêntures e notas promissórias - *commercial paper*); ações resgatáveis e obrigações de curto e longo prazo com a controladora da EMISSORA e com coligadas não consolidadas da EMISSORA.

**"EBITDA Consolidado"**: lucro bruto deduzido de despesas com vendas e das despesas gerais e administrativas, acrescido de depreciação e amortizações, ao longo dos últimos 12 (doze) meses cobertos pelas mais recentes demonstrações financeiras consolidadas disponíveis pela EMISSORA, elaboradas segundo os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil.

**"Despesas Financeiras Líquidas Consolidadas"**: despesas financeiras, excluídas as variações monetária e cambial que incidirem sobre a Dívida Consolidada, deduzidas das receitas financeiras, excluídas as variações monetária e cambial que incidirem sobre as aplicações financeiras, calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses cobertos pelas mais recentes demonstrações financeiras consolidadas disponíveis pela EMISSORA, elaboradas segundo os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil.

**6.2.** Ocorrendo o disposto no item l) acima, o Agente Fiduciário deverá publicar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contado da data de comunicação do evento pela EMISSORA ao Agente Fiduciário anúncio nos termos do item 4.5.1 da Cláusula IV acima, informando a ocorrência do evento e solicitando que os debenturistas manifestem, por meio do CETIP ou da CBLIC, conforme as Debêntures estejam registradas no SND ou na BovespaFix, ou por meio da Instituição Depositária (caso as Debêntures não estejam depositadas no CETIP ou na CBLIC), no prazo de 10 (dez) dias úteis contado da data de publicação do aviso ("Prazo de Manifestação"), sua intenção de ter todas ou parte das Debêntures de que são titulares adquiridas ou resgatadas pela EMISSORA, e, quando for o caso, a quantidade de Debêntures a serem adquiridas pela EMISSORA.

**6.2.1.** A EMISSORA obriga-se a adquirir ou resgatar as Debêntures dos debenturistas que se manifestarem nos termos do item 6.2 acima, mediante pagamento do Valor Nominal, acrescido da Remuneração aplicável até a data da aquisição ou resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela EMISSORA nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis da data do término do Prazo de Manifestação.

**6.2.2.** A falta de manifestação por parte dos debenturistas no Prazo de Manifestação ou a manifestação relativa a somente parte das Debêntures de que forem titulares, será considerada aceitação, por tais debenturistas, de ocorrência do evento previsto no item l) acima com relação às Debêntures que não tiverem sido indicadas para venda ou resgate nos termos indicados no item 6.2 acima.

## **CLÁUSULA VII - VENCIMENTO ANTECIPADO**

**7.1.** O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA do valor nominal das Debêntures em circulação, acrescido da remuneração e demais encargos, calculados na forma constante desta Escritura de Emissão até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência dos seguintes fatos:

- a) não pagamento do principal ou juros devidos em razão das Debêntures nas respectivas datas de vencimento;
- b) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a EMISSORA, cujo valor agregado inadimplido ultrapasse R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela EMISSORA, ou se for cancelado ou ainda se prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis de sua ocorrência;
- c) pedido de concordata preventiva formulado pela EMISSORA ou por suas controladas;
- d) liquidação ou decretação de falência da EMISSORA ou de suas controladas;
- e) falta de cumprimento pela EMISSORA de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados o aviso escrito enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;
- f) vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de qualquer dívida da EMISSORA ou de qualquer de suas controladas ou coligadas de valor superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);
- g) alteração estatutária, modificação ou alienação do controle acionário da EMISSORA ou de suas controladas ou coligadas, bem como reorganização societária envolvendo a EMISSORA ou qualquer de suas controladas, coligadas e/ou seus ativos ou ativos de suas controladas ou coligadas, quando tais atos acarretem impacto na capacidade da EMISSORA honrar suas obrigações nesta Escritura de Emissão; e
- h) início de execução de garantia prestada pela EMISSORA ou por suas controladas em favor de terceiros, de valor superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), salvo se a execução tiver sido proposta por comprovado erro ou má-fé, ou se for suspensão ou extinta em até 10 (dez) dias úteis contados da citação da EMISSORA.

**7.1.1.** Os valores referidos nos subitens b), f) e h) acima serão corrigidos em bases anuais, a contar da data de Emissão, pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas. No caso de extinção deste índice e/ou de sua não divulgação, deverá ser utilizado o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) daquela mesma fundação e, na hipótese de extinção e/ou falta de divulgação deste último, deverá ser adotado índice que reflita a real desvalorização da moeda nacional.

**7.1.2.** Na ocorrência de vencimento antecipado, a EMISSORA obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculados *pro rata temporis* até a data do efetivo pagamento, em até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à EMISSORA através de carta protocolada no endereço constante do item 4.5.2 acima, sob pena de, em não fazendo, ficar obrigada, ainda, pelo pagamento dos encargos previstos no item 4.4.4 acima.

## CLÁUSULA VIII - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

### 8.1. Nomeação

A EMISSORA constitui e nomeia AGENTE FIDUCIÁRIO da emissão objeto desta Escritura de Emissão, **Oliveira Trust DTVM Ltda.**, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, para representar perante a EMISSORA a comunhão dos titulares das Debêntures, a qual neste ato e na melhor forma de direito aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar perante a EMISSORA a comunhão dos titulares das Debêntures.

### 8.2. Declaração

O AGENTE FIDUCIÁRIO dos debenturistas, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara:

- a) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei nº 6.404/76, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- c) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- d) não ter qualquer ligação com a EMISSORA que o impeça de exercer suas funções; e
- e) estar ciente da Circular nº 1.832/90 do Banco Central do Brasil.

### 8.3. Substituição

Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 08 (oito) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetuar a substituição, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO.

- a) Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição;
- b) É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu eventual substituto, em Assembléia especialmente convocada para esse fim;
- c) A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28/83 e eventuais normas posteriores;
- d) A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de aditamento à esta Escritura de Emissão, devendo o mesmo ser registrado na forma da legislação em vigor;
- e) O AGENTE FIDUCIÁRIO iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição;
- f) A remuneração devida a qualquer eventual substituto do AGENTE FIDUCIÁRIO será aquela prevista na Cláusula 8.6 abaixo;

g) Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos a respeito, baixados por ato da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

#### **8.4. Deveres**

Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, neste caso, o oficial do registro notificará a administração da EMISSORA para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- h) verificar, quando aplicável, a regularidade da constituição da garantia real e fidejussória, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- i) intimar a EMISSORA, quando aplicável, a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- j) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da EMISSORA;
- k) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;
- l) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes desta Escritura de Emissão;
- m) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- n) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b) da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
  - n.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela EMISSORA;
  - n.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - n.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da EMISSORA enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da EMISSORA;

- n.4)** posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- n.5)** resgate, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizado no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela EMISSORA;
- n.6)** constituição e aplicações do fundo de amortização das Debêntures, quando for o caso;
- n.7)** acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA;
- n.8)** relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- n.9)** cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA neste instrumento, em especial os itens m) e n) da Cláusula VI;
- n.10)** declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO.
- n.11)** declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures da presente emissão, caso aplicável.
- o)** colocar o relatório de que trata o inciso "n" à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:
- o.1)** na sede da EMISSORA;
- o.2)** no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
- o.3)** na CVM;
- o.4)** na CETIP e CBLC, quando for o caso; e
- o.5)** na sede da instituição que liderou a colocação das Debêntures.
- p)** publicar, nos órgãos da Imprensa em que a EMISSORA deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso "o";
- q)** manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à EMISSORA, à ANDIMA - Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto e à CBLC;
- r)** coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas;
- s)** verificar a eventual ocorrência de qualquer evento que, nos termos da Cláusula 7.1 acima, configure hipótese de vencimento antecipado das Debêntures;
- t)** fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer ou de não fazer;
- u)** notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, de qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
- u.1)** à CVM; e
- u.2)** à CETIP e à CBLC, quando for o caso.

## **8.5. Atribuições Específicas**

**8.5.1.** O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a EMISSORA para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da EMISSORA:

- a)** declarar, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b)** tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos debenturistas;
- c)** executar as garantias dadas em caso de falência ou concordata da EMISSORA, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos debenturistas;
- d)** requerer a falência da EMISSORA; e
- e)** representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA.

**8.5.2.** O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá exercer a atribuição prevista na letra (a) acima, na ocorrência do inadimplemento de qualquer obrigação proveniente da presente Escritura de Emissão.

**8.5.3.** O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (d) do *caput* deste item se, convocada a Assembléia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em circulação, bastando porém a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (e) do *caput* deste item.

## **8.6. Remuneração**

**8.6.1.** Será devida ao AGENTE FIDUCIÁRIO, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- a)** parcelas trimestrais de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), até a data em que a totalidade das Debêntures tenha sido paga e/ou cancelada, sendo a primeira devida na data de assinatura da Escritura de Emissão;
- b)** os honorários devidos anualmente e pagos trimestralmente, bem como os valores de referência para despesas de viagem (item 8.7.2c) serão corrigidos ao final de cada período sucessivo de 12 meses pelo IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) ou, na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo;
- c)** a remuneração prevista no item (a) será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o AGENTE FIDUCIÁRIO ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela EMISSORA;
- d)** no caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas necessárias com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pela EMISSORA e, no caso de inadimplemento de pagamento desta, previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas para posterior ressarcimento, pela EMISSORA, conforme previsto no artigo 68, parágrafo 5º da Lei nº 6.404/76. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos judiciais, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO ou decorrentes de ações contra ele intentadas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, honorários advocatícios, depósitos judiciais e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do AGENTE FIDUCIÁRIO na hipótese da EMISSORA permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o AGENTE FIDUCIÁRIO solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

**8.6.2.** Não estão incluídas na remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à EMISSORA.

**8.6.3.** Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2% (dois por cento) e juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura de Emissão.

**8.6.4.** As remunerações serão acrescidas dos seguintes Impostos: ISS (Impostos sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), Cofins e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

## **8.7. Despesas**

A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas em que ele tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas, ou para realizar seus créditos.

**8.7.1.** O ressarcimento, a que se refere este item, será efetuado imediatamente após a entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

**8.7.2.** As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, as seguintes:

a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

b) extração de certidões;

c) Despesas relativas a viagens, alimentação, transporte e estada, necessárias ao exercício das suas atribuições, durante ou após a fase de implantação do serviço, até o limite de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por viagem, até a data em que a totalidade das debêntures tenham sido pagas e/ou canceladas, desde que comprovadamente incorridas;

d) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções, respeitando o limite estabelecido na alínea c do item 8.7.2.

**8.7.3.** Conforme estabelecido no artigo 68, parágrafo 5º, da Lei nº 6.404/76, o crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas será acrescido à dívida da EMISSORA e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

**8.7.4.** Se qualquer quantia devida aos debenturistas em virtude desta Escritura de Emissão for paga por meio de ação judicial ou sua cobrança for feita através de advogados, a EMISSORA deverá pagar, em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura de Emissão e nas Debêntures, honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido a tal cobrança.

## **CLÁUSULA IX - DA ASSEMBLÉIA-GERAL DE DEBENTURISTAS**

À Assembléia Geral de Debenturistas aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei nº 6.404/76, sendo que as modificações nas condições das Debêntures deverão ser aprovadas por debenturistas que representem mais da metade das Debêntures em circulação.

Serão excluídas do quorum de instalação e deliberação, as Debêntures que se encontrarem na tesouraria da EMISSORA, ou de titularidade de coligadas, controladas ou qualquer de seus diretores, conselheiros ou acionistas.

### **9.1. Convocação**

A assembléia de debenturistas pode ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

### **9.2. Quorum de Instalação**

A assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

### **9.3. Mesa Diretora**

A presidência da assembléia caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

### **9.4. Quorum de Deliberação**

Nas deliberações da assembléia, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção da aprovação de alteração nas condições das Debêntures, que será tomada conforme o disposto acima.

## **CLÁUSULA X - DECLARAÇÕES E GARANTIAS**

### **10.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO declara e garante à EMISSORA que:**

- a)** está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- b)** a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo AGENTE FIDUCIÁRIO; e
- c)** esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do AGENTE FIDUCIÁRIO, exequível de acordo com os seus termos e condições.

### **10.2. A EMISSORA declara e garante ao AGENTE FIDUCIÁRIO que:**

- a)** está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- b)** a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela EMISSORA;
- c)** esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da EMISSORA, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- d)** **(i)** os Prospectos Preliminar e Definitivo relativos à emissão das Debêntures (coletivamente denominados "Prospectos") contêm as informações relevantes em relação à EMISSORA e suas controladas e coligadas no contexto da presente emissão de Debêntures e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da EMISSORA, de sua condição financeira, lucros, perdas e perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, incorretas ou inverídicas, **(ii)** as declarações contidas nos Prospectos em relação à EMISSORA e suas controladas e coligadas são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas, **(iii)** as opiniões, análises e (se houver) previsões expressas no Prospecto em relação à EMISSORA foram dadas honestamente, sendo expressadas após serem consideradas todas as



circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis, (iv) não há outros fatos em relação à EMISSORA, suas controladas e coligadas ou às Debêntures cuja omissão, no contexto dessa emissão, faça com que alguma declaração dos Prospectos seja materialmente enganosa, incorreta ou inverídica, e (v) todos os esforços foram feitos pela EMISSORA para assegurar-se de que as declarações, informações e fatos descritos nos Prospectos são verdadeiros;

e) a celebração desta Escritura de Emissão, a emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a EMISSORA ou qualquer uma de suas controladas e coligadas sejam partes, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) a criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da EMISSORA ou de suas controladas e coligadas; ou (iii) a rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

f) a EMISSORA tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;

g) as demonstrações financeiras da EMISSORA, em especial aquelas datadas de 31 de dezembro de 2000 e posteriores, representam corretamente a posição financeira da EMISSORA e de suas controladas e coligadas em tal data e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

h) tanto a EMISSORA quanto suas controladas e coligadas estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, em especial a produção, venda e distribuição de seus produtos; e

i) exceto pelas contingências informadas no Prospecto, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na EMISSORA ou nas suas controladas e coligadas, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades.

## **CLÁUSULA XI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **11.1. Renúncia**

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao AGENTE FIDUCIÁRIO e/ou aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da EMISSORA prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela EMISSORA nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

### **11.2. Foro**

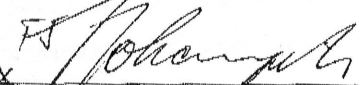
Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

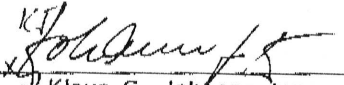
Esta folha faz parte integrante do Instrumento Particular de Escritura da 13ª Emissão Pública de Debêntures Subordinadas, não Conversíveis, em Série Única.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.


Rio de Janeiro, 18 de março de 2002

**GERDAU S.A.**

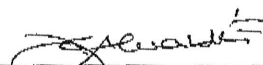
  
 Nome: Frederico C. G. Johannpeter  
 Cargo: Dir. Vice-Presidente

  
 Nome: Klaus G. Johannpeter  
 Cargo: Dir. Vice-Presidente

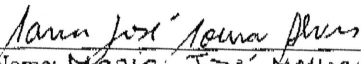
Testemunhas:

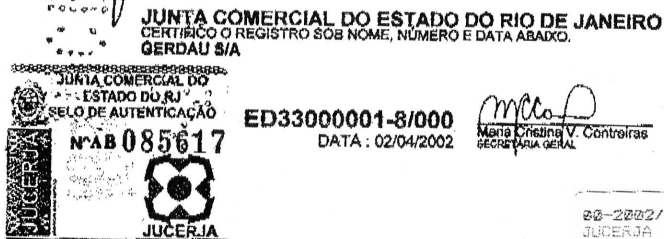
  
 Nome: Tarcisio Beuren  
 Cargo: Chefe de Relações com Investidores

**OLIVEIRA TRUST DTVM LTDA.**

  
 Nome: JOSE ALEXANDRE COSTA DE FREITAS  
 Cargo: PROCURADOR

Nome: — x — x — x —  
 Cargo:

  
 Nome: Maria Jose Moura Alves  
 Cargo: assist. Financeiro



00-2002/ 037.315-5 18 mar 2002 14:15:21  
 JUCERJA Guia: 100/0257822-1  
 3330003226-6 Ato: 790  
 GERDAU S/A  
 PREVISTO: V. ADIC: 02 - 29,00 JUNTA - 220,00 DNR - 0,00  
 ULT.ARG.: 00001226639 22/03/2002 501

00-2002/ 037.315-5 22 mar 2002 11:55:33  
 JUCERJA Guia: 100/0257822-1  
 3330003226-6 Ato: 980  
 GERDAU S/A  
 PREVISTO: V. ADIC: 02 - 29,00 JUNTA - 220,00 DNR - 0,00  
 ULT.ARG.: 00001226639 21/03/2002 387

00-2002/ 037.315-5  
 JUCERJA  
 3330003226-6 Ato: 980  
 GERDAU S/A  
 PREVISTO: V. ADIC: 02 - 29,00 JUNTA - 220,00 DNR - 0,00  
 ULT.ARG.: 00001226639 21/03/2002 387